

ENTREVISTA

"Dimensão da corrupção deixa-nos preocupados"

Conceição Gomes admite que os portugueses não têm grandes expectativas quando casos mediáticos de corrupção chegam aos tribunais

Ao vermos as notícias, ficamos com a ideia de que existem bastantes casos de corrupção em Portugal. Isso é uma realidade?

É verdade que as notícias dos jornais mostram um País envolto em casos de corrupção, que não tem sustentação nos dados estatísticos conhecidos. Só um estudo, desenvolvido com metodologias adequadas, nos permitiria conhecer, não só a criminalidade conhecida, isto é, a que chega às polícias e ao Ministério Público, como também as cifras negras, isto é, a criminalidade existente, mas que nem sequer é denunciada ou chega ao conhecimento das autoridades. Contudo, independentemente do volume, a dimensão do que se conhece deve-nos deixar preocupados pelo efeito predador que tem na nossa sociedade, incluindo no âmbito económico.

Porque é que há tão poucas condenações por corrupção e ainda menos penas de prisão efetiva?

Tão ou mais importante do que a questão de

saber qual a verdadeira dimensão da corrupção na nossa sociedade, é encontrarmos respostas fortes a esta pergunta central. Porque é que sistematicamente assistimos a este "espetáculo" do nosso sistema de justiça que parece demonstrar um enorme ativismo na fase de investigação, mediaticamente assinalada nos jornais e nas televisões (quando deveria ser secreta) pela notabilidade das pessoas envolvidas, dos valores económicos em causa, da dimensão da rede, etc... e que depois se vai desvanecendo há medida que o tempo passa, acabando numa lenta agonia entre absolvições por insuficiência de prova, prescrições... e com os visados a continuarem a sua vida como se nada se tivesse passado. Os cidadãos portugueses não podem deixar de ficar perplexos, sobretudo num tempo em que tantos sacrifícios se lhes pedem, ao desenrolar dos casos Partex, Facturas falsas, JAE, Universidade Moderna, Freeport, Portucale, Operação Furacão, Apito Dourado, Somague, "Isaltino", etc... e nos quais os tribunais se deixaram enredar, mostrando a sua total incapacidade para, em tempo razoável, levarem a cabo investigações e julgamentos que, com competência e eficácia, pudessem concluir com fundamento pela acusação ou arquivamento, absolvição ou condenação, assentes em estratégias de prova e fundamentos sólidos e transparentes.



CONCEIÇÃO GOMES
é a coordenadora executiva
do Observatório Permanente da Justiça

Seja na fase de investigação, seja na fase de julgamento ou na fase de recurso, já sabemos que o processo por alicar até se desvanecer... Daí que quando um destes casos surge na ribalta, já todos prevemos, com suspeição cínica, o seu desfecho final: lenta agonia até à absolvição por insuficiência de provas da maioria dos crimes, anulação e repetição de julgamento, prescrição... Não é possível pedir aos Portugueses que compreendam estas trajetórias, ainda que processualmente explicáveis, tão caras e ineficientes!

Há menos denúncias de casos de corrupção do que poderia haver porque as pessoas não acreditam na justiça?

Acredito que as perceções negativas sobre a capacidade da justiça de julgar e punir estes casos dêem um sinal fortemente negativo, com um duplo efeito: por um lado, cria nos cidadãos a con-

visão de que a justiça é, na sua eficácia, parcial, tratando estes casos com tanta lentidão e ineficiência que a queixa seria "uma inutilidade"; e, por outro, a ação da justiça perde o efeito de prevenção geral, criando um sentimento de impunidade na prática deste tipo de crime.

O arrastamento de processos, através de inúmeras manobras dilatórias, até à sua prescrição é um problema real? Há falta de meios para o combate à corrupção?

Não sabemos com rigor, porque não existe nenhum estudo com esse objetivo, qual a razão da dilação dos processos. Concorrem vários fatores, entre eles o que designa de manobras dilatórias, mas não só. O nosso sistema de justiça penal já permite que o juiz impeça muitas dessas manobras. O problema central é o de saber como todos, magistrados, polícias, poder político, cidadãos em geral, olhamos para este fenómeno. É central para a nossa sociedade, para a nossa democracia combatê-lo? Então tem que haver esforços concentrados nesse sentido. Tem que haver um forte compromisso dos poderes político e judicial e da sociedade na definição e execução de políticas fortes, tanto de prevenção, como de perseguição judicial. O combate à corrupção não pode passar apenas por respostas no âmbito do judiciário, embora a eficiência da ação judicial seja crucial. Para que tal ocorra, é preciso alterar o papel dos tribunais enquanto agentes ativos de combate à corrupção. Para tal, não bastam medidas avulsas de natureza processual ou mesmo substantiva, como do enriquecimento ilícito, é preciso fazer deste combate uma prioridade efetiva da justiça criminal. E, se assim for, é preciso mudar a forma com a investigação está estruturada. Por exemplo, obrigando a que esta investigação passe por equipas multidisciplinares, coordenadas pelo Ministério Público, com formação especializada e meios adequados, mas que também seja julgada por magistrados com igual formação especializada e, se necessário, devidamente assessorados.

Medidas como a criminalização do enriquecimento ilícito, o regime de incompatibilidades ou o levantamento do sigilo bancário poderia ajudar no combate à corrupção?

Talvez possam, mas a resposta, como acima já referi, tem que ser estrutural. Se não for, daqui a cinco, dez anos, quando voltarmos a ter notícias de um dos casos que hoje está na ribalta, voltaremos a encolher os ombros, e a repetir o velho adágio "já sabíamos que tudo iria dar em águas de bacalhau". Mas, nessa altura, a nossa sociedade e nós, os portugueses, estaremos provavelmente mais pobres, de cidadania, de democracia e economicamente.

CORRUPÇÃO EM PORTUGAL



FREE-PORT

Arguidos:
Charles Smith e Manuel Pedro, empresários

Acusados de:
Crimes de corrupção (ativa e passiva), tráfico de influência, branqueamento de capitais e financiamento ilegal de partidos políticos

Ponto da situação:
O processo decorre no Tribunal do Montijo, mas poderá já ter prescrito, dependendo da interpretação que o Ministério Público der ao tipo de crime em causa

RISCO DE PRESCRIÇÃO

CORRUPÇÃO EM PORTUGAL



BRAGA-PARQUES

Arguido:
Domingos Névoa, administrador da Bragaparkes

Acusado de:
Um crime de corrupção ativa para ato ilícito

Ponto da situação:
Depois de ter sido condenado em janeiro pelo Supremo Tribunal de Justiça a cinco meses de prisão, pena suspensa por um ano mediante o pagamento de 200 mil euros ao erário público, o crime prescreveu.

PRESCREVEU

CORRUPÇÃO EM PORTUGAL



FACE OCULTA

Arguidos:
Duas empresas e 34 pessoas, entre elas Manuel Godinho, Armando Vara, Rui Pedro Soares, José Penedos e Paulo Penedos

Acusados de:
Lavagem de dinheiro, corrupção política e evasão fiscal

Ponto da situação:
O processo decorre no Tribunal de Aveiro:

A DECORRER

3 PERGUNTAS AO MOVIMENTO ANTI-CORRUPÇÃO

A corrupção é um problema só do poder político ou está na sociedade portuguesa?

Na nossa opinião, a corrupção é transversal a toda sociedade portuguesa. Podemos ver pequenos e grandes atos de corrupção em todas as franjas da nossa sociedade. Por vezes, a dimensão desses atos depende apenas do poder e oportunidades de corromper e ser corrompido de cada indivíduo.

Os portugueses também são responsáveis, ao continuarem a eleger para cargos públicos pessoas arguidas ou condenadas por crimes de corrupção?

Aqui a dimensão do problema é histórica e sociológica. Existem grandes influências da dita "sociedade paroquial" e de um clientelismo latente. Muitos indivíduos colocam-se por hábito e necessidade sobre dependência de quem os pode proteger ou auxiliar, criando-se cadeias e redes de trocas de favores e quase vassalagens. Isto revela as fragilidades democráticas e a igualdade de oportunidades como princípio e valor ainda por concretizar. Muitas vezes os cidadãos veem-se na contingência de corromper para ter acesso àquilo a que deveriam ter direito, ou que pensam ter direito. Por outro lado, existe alguma dificuldade em distinguir o que é público do que é privado. Tudo isso, pode contribuir se considerem aceitáveis algumas eleições polémicas. Uma deficiente consciência cívica e política tendem a aceitar o político que "é corrupto mas faz obra", independentemente dos custos que isso possa ter.

É mais importante uma mudança nas leis de combate à corrupção ou na mentalidade dos cidadãos?

As leis de combate à corrupção podem sempre ser melhoradas, mas, do ponto de vista mais prático e pragmático, a própria justiça precisa é de mais meios, quer de meios materiais, quer de formação, e especialistas para poder responder aos casos cada vez mais complexos de corrupção. Do ponto de vista da mentalidade, ou daquilo que costumamos apelidar como fenómeno cultural, a corrupção está muito enraizada em Portugal. Sem dúvida que precisamos de mais consciência para o fenómeno.

MICAEL SOUSA é o fundador do Movimento Anti-Corrupção

